

# Os discursos sobre surdez e sua influência no ambiente de trabalho

Aline Dubal Machado<sup>1</sup>  
Fernanda de Camargo Machado\*  
Samuel Mota\*  
Kaceline Borba Silva Oliveira\*  
Rosane Seeger da Silva\*

## Resumo

O artigo enfatiza a relação entre os discursos sobre surdez e sua manifestação numa situação específica de trabalho. Para tanto, entrevistou-se um empregador ouvinte, a fim de buscar a maneira como os trabalhadores surdos são considerados naquela empresa. Além disso, a mesma pesquisa foi realizada com duas funcionárias surdas com o objetivo de conhecer como elas próprias se narram na condição de trabalhadoras inseridas num ambiente onde a maior parte dos colegas são membros de uma comunidade linguística diferente: a ouvinte. Então, discute-se como essas concepções podem influenciar os processos de identificação pessoal e social

das funcionárias surdas entrevistadas. Por meio deste estudo, foi possível inferir que a prática discursiva presente naquela empresa concebe a surdez como falta de audição, sem dar a devida relevância à diferença linguística e cultural que essa condição implica.

**Palavras-chave:** surdez; trabalho; discurso.

## Abstract

The article emphasizes the relation between the discourses on deafness and their manifestation in a specific situation of work. So that, a hearing employer was interviewed to seek for the manner that deaf workers are regarded at that company. Besides, the same

research was conducted with two deaf employees to know how they conceive themselves in the condition of workers at an environment where most of their coworkers are members of a different linguistic community: the hearing one. Then it discusses how these conceptions can influence the deaf employee's processes of personal and social identification. Through this study it was possible to conclude the discursive practices presented in that company conceive deafness as lack of hearing, without giving relevance to the cultural and linguistic difference that condition implies.

**Key words:** deafness; work; discourse.

<sup>1</sup>Prof<sup>a</sup> Orientadora da disciplina Fundamentos da Orientação Vocacional do Deficiente Auditivo do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria.

\*Acadêmicos do curso de Educação Especial da UFSM.

Material recebido em março de 2005 e selecionado em maio de 2005.

Este artigo justifica-se como atividade prática da disciplina de Fundamentos de Orientação Vocacional para Deficientes da Audiocomunicação, referente ao sexto semestre do curso de graduação em Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, é motivado pela inquietação de conhecer e problematizar as concepções de surdez e sua influência no ambiente de trabalho.

Para tanto, articulou-se pesquisa bibliográfica e de campo, sendo que esta última deu-se por meio de entrevistas. Utilizaram-se questões semi-estruturadas a serem respondidas pelo coordenador de produção de uma empresa multinacional fabricante de bebidas situada em Santa Maria, RS. De igual modo, entrevistou-se, por meio da LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), duas funcionárias surdas da referida empresa, sendo que isso foi feito no próprio estabelecimento, assim como a entrevista com o empregador.

Neste trabalho, não se pretende generalizar ou apontar respostas adequadas, visto que não se ignora a condição ouvinte de seus autores ao falarem de uma comunidade à qual não pertencem. O que se propõe consiste na análise do que foi possível inferir, com base nas concepções propostas pelo referencial teórico adotado. Portanto, o objetivo maior deste artigo é motivar a reflexão acerca das formas de conceber o sujeito surdo trabalhador numa situação que supõe vínculo empregatício.

Nesse sentido, apresentamos a perspectiva foucaultiana, que defende a visão de que tudo se dá no campo do discurso. Esse campo corresponde à região de abrangência na qual se torna viável analisar os locais e as construções históricas das práticas discursivas. Segundo Foucault (1995), a discursividade está presente na prática, sendo esta modificada pelo discurso.

*... estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes [...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc.*

(1995, p. 52).

**Tais práticas constroem narrativas que representam, dão sentido às coisas, às pessoas e aos locais que por elas devem ser ocupados. Nesse sentido, os indivíduos foram ou estão sendo analisados por um discurso.**

O discurso corresponde a práticas de significação que têm o poder de produzir as coisas de que falam. Tais práticas constroem narrativas que representam, dão sentido às coisas, às pessoas e aos locais que por elas devem ser ocupados. Nesse sentido, os indivíduos foram ou estão sendo analisados por um discurso.

Para esse autor, o discurso não é algo contínuo, mas formado ora pelo cruzamento, ora pela exclusão de diferentes práticas. Portanto, é um sistema disperso, irregular, determinado por uma rede de relações. Nas palavras de Foucault, essas relações

Em *Os Anormais* (2000), o referido autor analisa como evolui a concepção de anormalidade. Ele refere o surgimento desta num espaço epistemológico que tem como base um discurso de normalização daqueles que não correspondem ao padrão estabelecido. Para Foucault, isso se dá com a finalidade de ajustar os indivíduos para que estes correspondam aos modelos convencionados desejáveis, a fim de fixá-los numa ordem e conter sua imprevisibilidade.

Assim também ocorre com o tema surdez, que vem, ao longo da história, sendo explicado,

fundamentalmente, por médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, a partir de uma lógica que o enquadra numa questão médico-terapêutica. Nessa concepção, os surdos são vistos como pessoas deféituosas devido à falta de audição, sendo, assim, considerados deficientes. Esse entendimento propõe a correção da fala, ou seja, a reabilitação.

O discurso subjacente a esse modelo clínico de surdez, que prega a oralização a fim de normalizar o surdo, está ainda presente na atualidade, especialmente no que tange ao mercado de trabalho. Todo indivíduo, neste contexto, deve se adequar às exigências profissionais do sistema capitalista — produtividade, qualidade e competitividade. Com o sujeito surdo não é diferente. Para ter acesso ao mundo do trabalho, necessita ajustar-se aos padrões estabelecidos.

Para Marx (1985, p.187), “por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva em um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. Sendo assim, o mercado exige que todo trabalhador possua tais habilidades. É comum a representação de que o surdo não as possui quando comparado a um ouvinte.

A respeito do discurso presente nessa concepção, Lulkin (2000, p. 21-22) refere que:

*... o problema não está localizado na surdez e no sujeito surdo, e sim na forma com que os sentidos sobre a surdez e sobre os surdos são construídos, em diferentes momentos históricos e através de condutas, formas de pensar, textos, imagens, práticas educacionais, etc.*

Na empresa analisada neste trabalho, é possível reconhecer a presença de uma prática discursiva fabricada a partir da visão clínica da surdez, que ainda predomina, especialmente no senso comum.

O empregador entrevistado,

**É notável, na própria legislação, uma prática discursiva que trata o indivíduo como deficiente em relação às demais pessoas, pela presença das palavras “reabilitados”, “portadores” e “deficiência”.**

quando indagado sobre os motivos que levaram a referida empresa a contratar funcionários surdos, dá a seguinte resposta: *Comecemos este trabalho há uns dez anos, por volta de 1994, para dar oportunidade a eles. Também pelo fato das leis exigirem.*

A Lei mencionada pelo contratante é a de nº 8.213/95, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. Ela estabelece, em seu artigo 93, que a empresa com mais de 100 em-

pregados será obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitados, na seguinte proposição:

- I. Até 200 empregados — 2%
- II. De 200 a 500 empregados — 3%
- III. De 501 a 1000 empregados — 4%
- IV. De 1001 em diante — 5%

É notável, na própria legislação, uma prática discursiva que trata o indivíduo como deficiente em relação às demais pessoas, pela presença das palavras “reabilitados”, “portadores” e “deficiência”. Como advoga Skliar (1998), a condição de ser surdo é algo a ser aceito, pois este não é um doente que necessite de reabilitação. Contudo, tais termos acabam influenciando as representações sociais. Isto se dá principalmente no ambiente de trabalho, pelo fato de o termo “deficiente” ser oposto a uma das principais exigências do capitalismo: a eficiência.

No que se refere ao desempenho das funcionárias surdas, o coordenador de produção disse: *É ótimo. Muitas vezes se discriminam as pessoas, não só os deficientes, mas o negro, o gordo... Os surdos são pessoas bem centradas não se envolvem em conversas, a não ser gestos. É gratificante.*

A esse respeito, Skliar (1998, p. 55), assevera que “a idéia de o surdo concentrar-se facilmente em suas atividades sem a distinção do barulho leva a uma ima-

## **Os surdos, se concebidos como indivíduos lingüística e culturalmente diferentes, enfrentam a barreira da comunicação como uma de suas maiores dificuldades de inserção profissional [...]**

gem do surdo como produtor braçal de produtividade.” Levando em conta o sistema que rege as relações econômicas e, conseqüentemente, sociais, é possível dizer que esta idéia reforça uma contratação equivocada, que desconhece a potencialidade lingüística do surdo. O “silêncio” é considerado uma condição da pessoa surda a partir da experiência acústica dos ouvintes, que concebe apenas a fala como elemento de comunicação.

Além disso, costuma-se, erroneamente, conceber as línguas de sinais apenas como gesticulação. Os estudos de Quadros (1997, p.46) referem que “tais línguas são sistemas abstratos de línguas gramaticais, naturais às comunidades surdas que as utilizam”. Com isso, defende-se que a língua de sinais é tão complexa quanto qualquer outra. O que a difere de outras línguas é a modalidade lingüística utilizada: espaço-visual.

Sobre o relacionamento dos surdos com outros funcionários, o representante da empresa responde desta maneira: *O próprio deficiente auditivo facilita. Ele tem necessidade de estar no grupo e usa bastante leitura labial. Não existe dificuldade.*

Nesse trecho, há o conceito de integração. Conforme Mantoan (1997), isso significa que a pessoa é quem deve mudar, a fim de se ajustar produtivamente à sociedade e, dessa forma, ser aceita. Nota-se, assim, a presença de um discurso colonialista, marcado pelo ouvintismo, o qual Skliar, ao ser citado por Lulkin (2000, p.18) explica como sendo: “(...) um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte.”

Essa forma de entender o surdo é visível quando o empregador enfatiza a necessidade de

pertencer ao grupo de colegas. Certamente, a identificação e a interação com estes são extremamente relevantes. Entretanto, convém destacar que o esforço de fazê-lo está sendo unilateral: os surdos é que realizam leitura orofacial, a fim de manterem contato interpessoal na empresa, já que os demais empregados só o fazem por meio da língua oral.

Os surdos, se concebidos como indivíduos lingüística e culturalmente diferentes, enfrentam a barreira da comunicação como uma de suas maiores dificuldades de inserção profissional, pois é através da comunicação que as pessoas interagem e, para os surdos, isso se dá naturalmente por meio da língua de sinais. Logo, por não compartilharem a mesma modalidade lingüística dos demais funcionários, questiona-se a aparente facilidade de interação citada pelo empregador.

De acordo com a entrevista, a surda I. faz parte de uma família ouvinte, em que a comunicação se dá principalmente por meio da fala. Já a segunda entrevistada, R., mesmo pertencendo a uma família composta somente por ouvintes, tem uma outra oportunidade de comunicação, como também com uma das irmãs que faz uso da LIBRAS. Entretanto, com os demais, realiza leitura orofacial, pois diz possuir audição residual.

Goldfeld (2002), ao analisar criticamente a linguagem e a surdez numa perspectiva sociointeracionista, reconhece as dificuldades de comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos, em função da diferença lingüística que há entre eles. Nesse sentido, o processo de socialização e, conseqüentemente, a profissionalização, tornam-se obstáculos para os surdos, visto que a família possibilita, por meio da atividade conjunta e partilhada entre seus membros, o primeiro ambiente de cooperação, levando à autonomia e ao trabalho. No caso de R., o ambiente familiar auxiliou esse processo: *Ajudei meu irmão antes num restaurante, mas este é meu primeiro emprego.* A atividade profissional a que ela se refere corresponde à função das duas surdas entrevistadas, que é a inspeção de garrafas.

Quando questionada a respeito da satisfação com o salário, I. responde: *É bom, porque dinheiro é importante para o futuro, paga contas.* R. complementa, dizendo que *É bom, precisa. Porque tenho filho de quatro anos.* Marx (1985) entende que a força de trabalho é uma mercadoria, ao

**[...] é incontestável que o vínculo empregatício deve dar ao surdo o mesmo direito de ascensão profissional dos demais trabalhadores – se a estes são ofertados cursos, é preciso que a empresa os ofereça também aos funcionários surdos, respeitando sua comunicação natural [...]**

vender por determinado tempo ao capitalista sua capacidade de produzir, acréscimo de valor aos produtos destinados à venda. Nesse sentido, o valor da força de trabalho deve ser suficiente para manter o trabalhador no nível de vida normal, ou seja, deve atender a todas as necessidades de sobrevivência e de outras naturezas. Em última instância, seu valor é determinado pela quantidade de tempo social médio utilizado para produzir seus meios de subsistência.

A respeito dos cargos exercidos pelos surdos no mercado de trabalho, convém questionar os tipos de habilidades requisitadas, se são básicas, específicas ou de gestão. Certamente, o grau de escolaridade deve ser levado em conta, visto que o nível de qualificação do trabalhador é considerado, de acordo com Marx, na soma anteriormente referida. Nesse sentido, é incontestável que o vínculo empregatício deve dar ao surdo o mesmo direito de ascensão profissional dos demais trabalhadores — se a estes são ofertados cursos, é preciso que a empresa os ofereça também aos funcionários surdos, respeitando sua comunicação natural, a fim de que possam se atualizar e ser remunerados de forma justa.

Na questão que busca investigar como se dá o relacionamento com os outros funcionários, R. afirma: *Se tem problema, sempre conversa. Somos amigos sempre, dentro e fora da empresa.*

Quando indagada como se comunicam, a funcionária se contradiz: *Não nos comunicamos muito. Eles não sabem LIBRAS.* Nesse caso, reaparece o discurso ouvinte de colonização. Cabe, então, questionar a frequência e a qualidade do contato interpessoal entre colegas.

Para Skliar (1998), o surdo é um ser sociolinguístico diferente, pertencente a uma comunidade linguística minoritária, que se caracteriza por compartilhar a língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização. Depreende-se, assim, que o sujeito em questão deve ser respeitado nessas peculiaridades. Somente com o reconhecimento da diferença é que se pode iniciar um relacionamento proveitoso, em que ouvintes não se considerem superiores aos surdos.

**Nesse sentido, reforça-se a idéia de que inclusão não consiste apenas em contratar funcionários surdos, mas sim dar a eles condições de trabalho e interação social, que não os pressione a ser iguais aos ouvintes.**

Para finalizar, solicitou-se às funcionárias surdas entrevistadas que deixassem uma mensagem, a fim de despertar em outros surdos a busca pela profissionalização. I. responde que: *Diria para procurar emprego como uma pessoa normal.* R. concordou, fazendo um sinal de afirmação. Dessa forma, depreende-se que o surdo narra a si próprio conforme a representação imposta pelo discurso colonizador, discurso este que não considera a surdez sob a ótica da diferença, mas da normalização. Sendo assim, caberia aos surdos se adequarem ao mercado de trabalho, desconsiderando sua singularidade de lingüística e cultural.

É indiscutível que o trabalhador surdo deva ser tratado como os demais, isto é, que sejam valorizadas suas capacidades de desempenhar diferentes cargos, inclusive por apresentar tantas potencialidades quanto os ouvintes. Entretanto, a diferença existe, embora a sociedade majoritária não a reconheça. Nesse sentido, reforça-se a idéia de que inclusão não consiste apenas em contratar funcionários surdos, mas sim dar a eles condições de trabalho e interação social, que não os pressione a ser iguais aos ouvintes.

Para tanto, é preciso que haja uma outra discursividade diferente da que está presente na empresa analisada. A inclusão da pessoa surda passa, necessariamente, pela garantia de convívio em um espaço, onde não haja repressão de sua condição de surdo, onde possa expressar-se da maneira que mais lhe satisfaça, mantendo situações prazerosas de comunicação e convívio social.

Com isso, espera-se que este artigo, que aborda a influência dos discursos sobre a surdez no ambiente de trabalho, contribua no sentido de questionar estas concepções, com a finalidade de cooperar na busca por essa inclusão, que implica uma nova prática discursiva. Esse novo olhar para o surdo pressupõe o respeito e o reconhecimento de sua singularidade e especificidade humanas, refletidos no direito de apropriação e comunicação por meio da língua de sinais, da qual dependem os processos de identificação pessoal, social e cultural.

## Referências Bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Reginaldo de Sant'ana. 10. ed. São Paulo: Difel, 1985.
- LULKIN, Sérgio Andrés. **O Silêncio Disciplinado: a Invenção dos Surdos a Partir das Representações Ouvintes**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, Artigo 93**. Brasília, Ministério do Trabalho, 1991.
- SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um Olhar sobre as Diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Ser ou Estar, Eis a Questão: Explicando o Déficit Intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.